

**PRÁTICAS DISCURSIVAS NA AMAZÔNIA: a disputa  
jornalística no plebiscito no Pará<sup>1</sup>**  
**DISCURSIVE PRACTICES IN THE AMAZON: the journalistic  
dispute in the plebiscite in Pará**

Paulo Jorge Martins Nunes<sup>2</sup>  
Thaís Luciana Corrêa Braga<sup>3</sup>  
Evelyn Cristina Ferreira de Aquino<sup>4</sup>

**Resumo:** O artigo objetiva identificar e compreender as práticas discursivas belenenses sobre o plebiscito no Pará, em 2011, a partir dos jornais impressos *O Liberal* e *Diário do Pará*. Discurso é tomado como um evento comunicativo singular que envolve atores sociais em um ambiente específico. O jornalismo, como ato de palavra social, inscreve o eu e o outro em situações de co-presença e mútua afetação. Adotou-se a natureza comunicacional, proposta por Vera França, como postura teórico-metodológica. Utilizou-se os Estudos Críticos do Discurso, propostos por Van Dijk, como técnica de coleta dos dados. Os resultados apontaram que os dois periódicos construíram discursos contrários à divisão do Pará. O *Liberal* evidenciou o interesse mercadológico e posicionamento político de acordo com o governo do Estado, tratando Carajás e Tapajós como forasteiros. Já o *Diário do Pará* adotou postura eminentemente política, de acordo com os interesses do Grupo RBA.

**Palavras-Chave:** Plebiscito no Pará. Práticas discursivas. Amazônia.

**Abstract:** The article aims to identify and understand the belenense discursive practices about the plebiscite in Pará, in 2011, from the newspapers *O Liberal* and *Diário do Pará*. Discourse is taken as a singular communicative event that involves social actors in a specific environment. Journalism, as an act of the social word, inscribes the self and the other in situations of co-presence and mutual affectation. The communicational nature, proposed by Vera França, was adopted as a theoretical-methodological stance. The Critical Discourse Studies, proposed by Van Dijk, was used as data collection technique. The results indicated that the two newspapers built discourses contrary to the Pará division. *O Liberal* evidenced the market interest and political positioning according to the state government, treating Carajás and Tapajós as outsiders. *Diário do Pará* adopted an eminently political stance, in accordance with the interests of the RBA Group.

**Keywords:** Plebiscite in Pará. Discursive practices. Amazon.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Práticas Interacionais e Linguagens na Comunicação do XXVI Encontro Anual da Compós, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo – SP, 06 a 09 de junho de 2017.

<sup>2</sup> Doutor em Letras. Co-cordenador do projeto de pesquisa Narrativas Midiáticas da Amazônia Paraense (Narramazônia), [pontedogalo3@gmail.com](mailto:pontedogalo3@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestre em Ciências da Comunicação. Integrante dos projetos de pesquisa Narrativas Midiáticas da Amazônia Paraense (Narramazônia) e Mídia e Violência: percepções e representações na Amazônia, [thaislbraga@gmail.com](mailto:thaislbraga@gmail.com)

<sup>4</sup> Mestre em Ciências da Comunicação. Integrante do projeto de pesquisa Narrativas Midiáticas da Amazônia Paraense (Narramazônia), [evyrcristina@yahoo.com.br](mailto:evyrcristina@yahoo.com.br)

## 1. Considerações iniciais

“No lugar que havia mata, hoje há perseguição  
grileiro mata posseiro só prá lhe roubar seu chão  
castanheiro, seringueiro já viraram até peão  
afora os que já morreram como ave-de-arribação  
Zé de Nata tá de prova, naquele lugar tem cova  
gente enterrada no chão.”

(Vital Farias / Saga da Amazônia)

Em 11 de dezembro de 2011, o total de 4.848.495 eleitores foi submetido à consulta pública sobre a criação dos Estados de Carajás e do Tapajós, a partir da divisão do Estado do Pará. O processo, conhecido como plebiscito no Pará, fundamentou-se nos decretos legislativos nº 136 e nº 137, emitidos em 26 de maio e 2 de junho de 2011, respectivamente.<sup>5</sup> Pelas propostas de divisão, Carajás seria formado por 39 municípios; Tapajós, por 27; e o Pará; por 78.

A maioria das respostas a ambas as perguntas foi negativa – 66% dos votos válidos<sup>6</sup>. Juridicamente, o Pará permanece como representante da região Norte; segunda maior unidade federativa do país em extensão territorial, com 1.247.954,320 km<sup>2</sup>; população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 8.073.924 habitantes, dos quais 5,1 milhões vivem nas cidades, distribuída entre 144 municípios. Econômica e socialmente, no

<sup>5</sup> Os decretos legislativos nº 136/2011 e nº 137/2011 resultaram de, pelo menos, 20 anos de iniciativas divisionistas no Congresso Nacional. As primeiras moções são atribuídas ao deputado estadual Asdrubal Bentes (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB/PA), que, em 1989, apresentou proposta para a criação do Estado de Carajás. Contudo o próprio autor retirou o argumento, no mesmo ano, em função de pressões dos líderes do PMDB. Em 1992, o deputado Giovanni Queiroz (Partido Democrático Trabalhista – PDT/PA) formalizou proposta para fosse realizado o plebiscito para a criação do Estado de Carajás em 29 municípios do sul do Pará. O argumento não avançou até que, em 2009, o senador Leomar Quintanilha (PMDB) reapresentou a proposta plebiscitária – a qual foi aprovada em 2011. Para o Estado de Tapajós, as moções iniciais referem-se ao deputado federal Hilário Coimbra (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB/PA), em 1991. Neste mesmo ano, o deputado João Teixeira (Partido da Frente Liberal – PFL/MT) recomendou a consulta plebiscitária para a criação do Estado do Tapajós com áreas do Estado do Mato Grosso. As propostas não avançaram. Somente em 1993, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) apresentou projeto de lei propondo a criação do Estado de Tapajós. O documento foi reformulado e, em 1999, passou a propor a consulta plebiscitária sobre a criação do Estado de Tapajós. A moção foi aceita em 2011 (AQUINO, 2013; DUTRA, 1999; MORBACH, 2012).

<sup>6</sup> De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o total de 2.363.561 (66,6%) não quis a criação do Estado de Carajás, ao passo que 1.185.546 (33,4%) votaram favorável. Para o Estado de Tapajós, 2.344.654 (66,8%) eleitores votaram contra a divisão do Pará, enquanto que 1.203.574 (33,92%) votaram favorável.

entanto, o Pará está “fracionado, com polos autônomos, independentes até mesmo das (...) lideranças que tentam viabilizar o novo desenho espacial da Amazônia” (PINTO, 1994, p. 8).

A comunicação, entendida como a observação do mundo em movimento (FRANÇA, 2004, p. 23), permite a compreensão do plebiscito no Pará como consequência do processo de ocupação e de delimitação da Amazônia, espaço estratégico sobre o qual se estabelecem disputas de poder. O jornalismo, como importante campo da comunicação, pode se configurar também como um problema, pois, mais do que informações sobre a consulta pública, ultrapassa os parâmetros de uma pretensa objetividade e acaba por testemunhar o sentimento de uma sociedade, seu padrão de sociabilidade, sua maneira de se expressar.

O objetivo deste artigo consiste em identificar e compreender as práticas discursivas belenenses sobre o plebiscito no Pará. Aqui, as práticas discursivas constituem-se pelo discurso dos jornais impressos *O Liberal* e *Diário do Pará*, os quais são produzidos e circulam, majoritariamente, em Belém. Discurso, como se sabe, é um evento comunicativo singular que envolve uma série de atores sociais em um ambiente específico (tempo, lugar, circunstâncias) e com base em outras características de contexto (VAN DIJK, 1998, p. 194). A escolha pelo jornalismo impresso, apesar da expansão e da apropriação das plataformas digitais na contemporaneidade, decorre do entendimento que os tradicionais produtores de informação são revestidos de poder simbólico e ocupam lugar privilegiado na formação do cotidiano dos leitores. Da mesma forma, a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 aponta que os jornais impressos seguem como os meios de comunicação mais confiáveis na sociedade.

A amostra do estudo, composta pela edição do dia 11 de dezembro de 2011 dos referidos jornais, totaliza 15 notícias. Adotou-se aqui a postura teórica e metodológica da natureza comunicacional – a qual é garantida a partir da interseção entre três dinâmicas básicas: o quadro relacional (relação dos interlocutores); a produção de sentidos (as práticas discursivas); a situação sociocultural (o contexto) (FRANÇA, 2002c, p. 27; 2002a, p. 487). Insistiu-se nessa especificidade, pois se entendeu que os processos comunicativos são vivos, dinâmicos e instituidores de sentidos e de relações, “lugar não apenas onde os sujeitos dizem, mas também assumem papéis e se constroem socialmente; espaço de realização e de renovação da cultura” (FRANÇA, 2002c, p. 27).

À postura metodológica da natureza comunicacional, associou-se a técnica de Estudos Críticos do Discurso (ECD), desenvolvida por Van Dijk (1998; 2000; 2012; 2015), uma vez que enfoca as propriedades do discurso que são mais tipicamente associadas com a

expressão, a confirmação, a reprodução ou o confronto do poder social dos falantes ou escritores enquanto integrantes de grupos dominantes. A ECD, ainda, se aporta em aspectos centrais de análises para compreender os modos por meio dos quais os atores sociais usam os diversos recursos existentes para interagir com os outros (intersemióticos, linguísticos, imagéticos, dentre outros), a fim da manutenção e da confrontação de modos de representar, de agir e de ser (estilos). Para o pesquisador holandês, os ECD são estratégias de controle cognitivo e de reprodução ideológica, ou seja, as relações entre discurso, poder e acesso dão-se pelo uso da manipulação. O discurso controla as mentes e quem controla as mentes controla, indiretamente, a ação (VAN DIJK, 2015, p. 18).

As duas perspectivas, a natureza comunicacional e os ECD, possuem particularidades e a aproximação entre ambos se constituiu no exercício da pesquisa em Comunicação na Amazônia. O artigo estrutura em cinco principais seções: 1) caracterização do plebiscito no Pará a partir da formação da Amazônia e dos territórios de Carajás e de Tapajós; 2) reflexão sobre o jornalismo como ato de palavra social que expressa identidades e ideologias; 3) apresentação de *O Liberal* e do *Diário do Pará* como rivais históricos no âmbito político, econômico e comunicacional; 4) produção de sentidos a partir do discurso dos dois jornais paraenses sobre o plebiscito no Pará; 5) apontamentos gerais sobre os dados coletados, sobre a postura teórica e metodológica, e sobre a técnica utilizadas, à guisa de considerações finais.

## 2. Plebiscito no Pará e a territorialidade na Amazônia

Amazônia, região determinada geopolítica e culturalmente, é fruto do complexo sistema sustentado pelo rio Amazonas, nome do maior rio que corta os países. O sistema de águas fluviais inicia-se a 100 quilômetros do oceano Pacífico e estende-se por cinco mil quilômetros para o leste, até o oceano Atlântico, entre os estados brasileiros do Amapá e Pará. As florestas cobrem a maior parte da bacia amazônica, embora também existam outros nichos ecológicos, a exemplo de savanas. Além de milhares de espécies vegetais e animais, a Amazônia abriga diversos povos (SOUZA, 2009, p. 21).

O período colonial amazônico é marcado pelo distanciamento das demais regiões do país e da América Latina, bem como da soberania da coroa portuguesa sobre o espaço amazônico (PAES LOUREIRO, 1995, p. 25). Os governos militares, sobretudo a partir do regime instituído em 1964, deram início ao esforço de integração da Amazônia ao restante do Brasil. O objetivo era organizar e delimitar a participação de todas as regiões conforme a

“vocação regional” de cada uma. A particularidade extrativista da Amazônia fez com que o governo fomentasse a ocupa o do território no Norte (BUENO, 2002, p. 69).

A transforma o dos territórios estaduais em federais foi uma maneira de ocupa o encontrada pelo governo federal (BECKER, 1997, p. 14). A partir de 1941, o espaço amazônico foi subdividido em territórios federais, como: Amapá, Guaporé (posteriormente, Rondônia) e Rio Branco (mais tarde, Roraima). Esse ordenamento seguiu os parâmetros político-administrativos que conhecemos hoje: regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

A constru o de rodovias foi outra forma de integra o espacial da Amazônia. A Transamazônica e a Perimetral Norte, como vias interestaduais e a Cuiabá-Santarém e a Porto Velho-Manaus, intrarregionais, são alguns exemplos (BECKER, 1997, p. 14). As estradas constituíram redes de circula o de pessoas, bens e serviços, tornando a malha fluvial que interliga toda a região, um meio ultrapassado.

Outras estratégias político-administrativas apontadas por Becker (1997, p. 19) para controle e expansão da fronteira amazônica foram a atra o migratória como mão de obra barata e as vantagens fiscais para a implanta o dos grandes projetos de maior impacto para a indústria, infraestrutura e o meio ambiente.

Como consequências das estratégias governamentais de expansão da fronteira amazônica, têm-se os conflitos pela terra entre os sujeitos e empresas beneficiados pelos subsídios do governo e os diversos grupos sociais que lutam pela sobrevivência na região, em meio   violência, expropria es e divergências culturais surgiram os anseios separatistas que deram origem às propostas de reconfigura o das regiões administrativas oficiais.

A integra o homogeneizadora imposta pela malha programada do governo federal não   de forma alguma absoluta nem total. A Amazônia nunca foi homog nea, e hoje, submetida a um rápido processo de destrui o/constru o, também se fragmenta em unidades sub-regionais construídas por novas sociedades locais. Essa diferencia o   resultado da a o do Estado e da iniciativa e do confronto dos diferentes grupos sociais, isto  , da prática social (BECKER, 1997, p. 96).

O sul/sudeste do Pará tem no município de Marabá, a provável capital do Estado de Carajás. Situada entre os rios Tocantins e Itacaiúnas e fundada por comerciantes da borracha, Marabá também teve a castanha-do-pará como o principal produto de exporta o do sul do Estado, além da produ o agropecuária, possibilitada pelo crescimento da densidade

demográfica nesta região. O desenvolvimento e implementação da variedade econômica em Marabá levou os grupos econômicos locais a pleitearem autonomia local pressionando o governo estadual por independência política no município (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 196).

O estudo feito pelo Visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen, propôs, pela primeira vez, em 1849, a reconfiguração territorial da área que compreenderia o Estado de Tapajós. A criação da província do Amazonas, em 1850, deixou pendências em relação aos limites entre Amazonas e Pará. Diferentes propostas emergiram, desde então, com o objetivo de garantir autonomia à região que, a partir de 1985, começou a ser conhecida por Oeste do Pará, quando da inauguração do Comitê Pró-Criação do Estado do Tapajós (DUTRA, 1999, p. 18):

[...] o Baixo Amazonas tradicional não englobava os novos núcleos criados ou que sofreram mudanças com a abertura das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá. O Oeste passava a apresentar novas realidades socioeconômicas e culturais, as cidades ribeirinhas diferiam dos núcleos afetados pela política de transportes rodoviários implantada em parte da região pelo governo federal e a imigração exigia adaptações no campo político (DUTRA, 1999, p. 22).

O plebiscito no Pará refletiu, por conseguinte, um problema de territorialidade na Amazônia, isto é, da apropriação do espaço por problemáticas de caráter político e que envolveu a manifestação das relações de poder em suas múltiplas esferas – desde o poder material das relações político-econômicas ao poder simbólico das relações de ordem estritamente cultural, conforme definição de Haesbaert (2010, p. 166). Aqui, as relações de poder não se tratam das relações legítimas, mas sim da sua forma abusiva, chamada por Van Dijk (2015, p. 28) de dominação, isto é, quando há a violação de normas e de valores fundamentais que contempla o interesse daqueles que têm o poder e confronta-se com o interesse dos demais.

O controle do discurso representa uma das formas de exercício da territorialidade. Van Dijk (2015, p. 18) explica que as práticas discursivas, entendidas como eventos comunicativos, não consistem apenas de escritas ou de falas “verbais”, mas também de um contexto que as influencia. De natureza dinâmica, os contextos representam como os interlocutores veem, interpretam e representam mentalmente as propriedades da situação



social que são relevantes para eles (VAN DIJK, 1998, p. 212). Logo, para controlar as práticas discursivas, é necessário controlar os contextos.

Van Dijk (2012) afirma, portanto, que a definição, a interpretação, a representação ou a construção pelos participantes de sua situação social influencia o modo como eles falam, escrevem, leem e entendem, ou seja, interagem socialmente. Por isto os jornais elaboram discursos levando em consideração o contexto situacional em que os sujeitos estão envolvidos na temática abordada.

### 3. Jornalismo: do viés comunicacional à expressão de ideologias

Uma sociedade não é um estado dado, mas sim o resultado das relações em que vive. O jornalismo representa uma proposta de articulação entre o mundo que se lê e as pessoas para quem se torna disponível a leitura (FRANÇA, 2002a, p. 486). Constitui, portanto, uma das muitas inflexões da palavra social. Sua materialidade sensível, isto é, o conjunto de enunciados por meio dos quais o jornal toma corpo, constrói-se como ato de palavra. O jornal existe enquanto fenômeno de linguagem, discurso construído, palavra dirigida. O jornalismo está enraizado no terreno da palavra humana, entendida como instância de pulsão expressiva e socializante do homem.

O jornalismo torna-se a palavra da sociedade dirigida a si própria, a propósito dela mesma. Características como objetividade, singularidade e atualidade são seus traços distintivos. O regime de informação marca a “extração” do fato do seu contexto, bem como a descaracterização das marcas dos interlocutores: locutor identifica-se com leitor e ambos não compartilham uma experiência comum, não realizam uma troca ou investimento pessoal; mas sim promovem uma convergência no papel de observadores de um terceiro que os atrai, os seduz e os aproxima (FRANÇA, 1998, p. 29).

A interlocução consiste na relação de reciprocidade fundada no simbólico. É diática, na origem – baseada na relação Eu-Tu<sup>7</sup> –, contudo se transforma numa relação triádica, pois entre o “eu” e o “tu” existe um “isto” – o co-referente, o inter-referente, o permanente “fora de nós”, que ultrapassa as individualidades. “Existe o um e o outro e a consciência da ‘co-

---

<sup>7</sup> O par Eu-Tu trata-se de uma palavra-princípio que fundamenta o mundo da relação, isto é, da reciprocidade. Entre o Eu e Tu não se interpõe jogos de conceitos, esquema ou fantasia alguns. O homem só se torna Eu na relação com o Tu. “O face-a-face aparece e se desvanece, os eventos de relação se condensam e se dissimulam e nesta alternância que a consciência do parceiro, que permanece o mesmo, que a consciência do Eu se esclarece, aumenta cada vez mais” (BUBER, 2001, p. 68).

presença’, não se trata mais de um ou do outro, mas de sua interpenetração ou de sua presença mediatizada no contexto da relação” (FRANÇA, 1998, p. 52).

A consciência da co-presença pode ser entendida, a partir de Mead (1982, p. 185), como o outro generalizado. O autor explica que, sob essa forma, os processos sociais influem na conduta dos indivíduos envolvidos e a comunidade exerce o controle sobre o comportamento dos integrantes – uma vez que o processo ou a comunidade social entra, como fator determinante, no pensamento do indivíduo:

O ato comunicativo é mais do que a simples relação de reciprocidade, “o estar juntos”, porque ele supõe a palavra, a construção partilhada de uma materialidade simbólica. A comunicação ultrapassa igualmente a esfera circunscrita da palavra pronunciada, porque essa palavra se funda na relação dos interlocutores, sua “co-presença” e “co-participação” do ato (FRANÇA, 1998, p. 53).

A ação de afetar e ser afetado pelo outro por meio de materiais significantes faz com que os interlocutores produzam e consumam discursos, representações, sentidos para e em decorrência do outro – e sofram junto com ele (não necessariamente igual a ele) as consequências (FRANÇA, 2006, p. 86). Inseridos no diálogo social, os interlocutores posicionam-se ao estabelecer um lugar em relação ao outro. A esse movimento, França (2002b, p. 28) denomina identidade, a qual se constrói na “intersecção entre os discursos que nos posicionam e o nosso movimento de nos posicionarmos enquanto sujeitos no mundo”. Martino (2016, p. 42) avalia que, “ao se contar uma história, não se está apenas ‘transmitindo’ algo para alguém, mas criando vínculos entre identidades e diferenças, tanto em termos cognitivos quanto afetivos”.

A identidade revela, ao mesmo tempo, a similaridade e a diferença. As práticas discursivas que estabelecem uma identidade unificadora marcam o “nós” e marcam “o outro”. A construção do “nós” erige o “outro”; por conseguinte, o “outro”, quando fala, reposiciona o “nós”. “Trata-se de um jogo instável e interminável, marcado pelos cruzamentos, e pelo imponderável” (FRANÇA, 2002b, p. 30). A formação do “nós” contrário ao “outro” ou a “eles” torna-se uma relação antagonística, isto é, uma relação amigo/inimigo – portanto, uma relação de caráter político –, quando o “outro” ou o “eles” questiona a identidade do “nós” e ameaça a sua existência (MOUFFE, 2015, p. 15).

As práticas discursivas, por conseguinte, são tecidas por uma multidão de fios ideológicos, os quais são marcados pelo horizonte social de uma época e de um grupo social



determinados (BAKHTIN, 2014, p. 45). As ideologias tornam-se cruciais como fontes de significados e atitudes sociopolíticas quando nem as orientações mais gerais da sociedade, nem as orientações mais terra a terra são suficientes para fornecer uma imagem adequada do processo político. Geertz (2015, p. 125) explica que as ideologias são uma resposta à tensão; surgem quando há a perda de orientação, ou seja, uma incapacidade, por falta de métodos utilizáveis, de compreender o universo dos direitos civis e das responsabilidades no qual as pessoas se encontram localizadas. Para o autor, as ideologias referem-se à parcela da cultura que se preocupam ativamente com o estabelecimento e a defesa dos padrões de crença e valor.

Em Van Dijk (1998, p. 191), ideologias consistem em representações sociais compartilhadas que tem funções específicas para grupos. As práticas discursivas permitem a expressão direta e explícita de ideologias, porém a função crucial de tais expressões reside nas suas consequências sociais, isto é, na aquisição, na mudança ou na confirmação de crenças sociais. Por se tratar de uma forma de cognição social, as ideologias proporcionam coerência às atitudes sociais – as quais codeterminam as práticas sociais (VAN DIJK, 2015, p. 48). Dessa forma, torna-se relevante examinar quem, e por meio de quais processos, controla os meios ou as instituições de reprodução ideológica, tais como os meios de comunicação de massa.

#### **4. O Liberal e Diário do Pará: práticas discursivas em disputa**

O Estado do Pará possui o maior número de jornais impressos da região Norte, com 20 jornais distribuídos em 14 cidades: Abaetetuba, Altamira, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Itaituba, Marabá, Paragominas, Redenção, Santarém e Tucuruí. A concentração dos principais meios de comunicação paraenses, contudo, é na capital, Belém. Segundo Pinto, (2015, p. 171) as Organizações Romulo Maiorana (ORM), responsável pelo jornal *O Liberal* e a Rede Brasil Amazônia (RBA), detentora do periódico *Diário do Pará*, representam as duas principais empresas midiáticas no Estado do Pará.

O surgimento do jornal *O Liberal* data de 15 de novembro de 1946. A função inicial do impresso era defender o Partido Social Democrático (PSD), liderado pelo interventor Joaquim Cardoso de Magalhães Barata<sup>8</sup> contra o jornal *Folha do Norte*, da família de Paulo

---

<sup>8</sup> Joaquim Cardoso Magalhães Barata foi interventor federal no Pará, de 1930 a 1934 e em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1955, elegeu-se governador do Estado pelo voto direto e administrou o Pará até a

Maranhão - principal inimigo político de Barata. Em princípio, *O Liberal* era vespertino, a partir de 1966, sob a gestão de Romulo Maiorana, tornou-se matutino e recebeu transformações no projeto gráfico e no conteúdo jornalístico – com a ordem de se desvencilhar dos embates políticos (MASSARANI, SEIXAS e CARVALHO, 2013, p. 83; SEIXAS e CASTRO, 2014, p. 103; VELOSO, 2014, p. 66).

O processo de transformação do antigo jornal de partido em empresa começou em 1967, com a aquisição de uma rotativa no Maranhão. *O Liberal* ganhou nova feição gráfica, enquanto o noticiário político cedeu espaço a notícias de esportes, cidades, polícia e colunismo social. O conteúdo foi reforçado por agências nacionais e internacionais, e o horário de fechamento e circulação, paulatinamente reduzido. Em pouco tempo, o jornal passou a chegar nas primeiras horas da manhã às bancas. Ainda não havia cursos de Jornalismo no Pará, de sorte que estudantes de Direito e recém-formados foram contratados para a redação (MOTA, 1987, p. 70).

Romulo Maiorana faleceu em 1986 e, a partir de então, a presidência do jornal passou para o primogênito Romulo Maiorana Júnior – que, atualmente, também preside as Organizações Romulo Maiorana (ORM), corporação jornalística da família Maiorana detentora de emissoras de rádio AM e FM e de televisão aberta (afiliada à Rede Globo), além de operadora de TV a cabo e portal de notícias (MASSARANI, SEIXAS e CARVALHO, 2013, p. 83; SEIXAS e CASTRO, 2014, p. 103; VELOSO, 2014, p. 67).

Os herdeiros de Romulo Maiorana seguem com investimentos na modernização dos veículos de comunicação, bem como na expansão dos negócios – promoção de espetáculos, produtoras de vídeo, serviço de táxi aéreo e até uma fábrica de refrigerantes (VELOSO, 2014, p. 67).

Criado em 22 de agosto de 1982, o *Diário do Pará* também surgiu com pretensões político-partidárias, para fazer oposição à campanha de *O Liberal* pela candidatura do empresário Oziel Carneiro ao governo do Estado e fazer frente ao pleito de Jader Barbalho<sup>9</sup> (PMDB), candidato de oposição que conquistou a vitória nas eleições. Conforme Veloso (2014, p. 72) “Jader fora eleito governador do Estado depois de liderar a oposição local ao

---

sua morte, em 1959. O jornalista Paulo Maranhão, dono do jornal Folha do Norte, fazia oposição direta a Magalhães Barata. Maranhão chegou a ser agredido, a mando do adversário, com um banho de fezes (VELOSO, 2014, p. 62).

<sup>9</sup> Barbalho assumiu o Ministério da Reforma Agrária e da Previdência Social, no governo de José Sarney (1985 a 1989), voltou ao cargo de governador do Pará (1990 a 1994), foi senador da República em 1994, tendo renunciado em 2001, após discussões com o senador Antônio Carlos Magalhães sobre desvio de verbas públicas da Superintendência da Amazônia (SUDAM), do Banco do Estado do Pará (BANPARÁ) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Foi deputado federal em 2002 e reeleito em 2006 e retornou ao senado, em 2010, onde encontra-se atualmente (VELOSO, 2014, p. 72).

regime militar ao longo dos anos 1960 e 1970. Foi dirigente estudantil, vereador e deputado do então MDB, o Movimento Democrático Brasileiro”. Barbalho construiu uma imagem de jovem político que enfrentava a força ditatorial e lutava pelas mudanças necessárias:

O Diário parecia que duraria pouco tempo. Mas Jader percebeu, como outros coronéis da política no Norte e Nordeste, que não podia mais ficar à mercê dos donos dos principais grupos de comunicação. Tinha que montar sua própria estrutura se quisesse preservar o próprio poder. Passaria a combinar o exercício da política com a atividade empresarial. Ao invés de descartar seu jornal de campanha, Jader tratou de dar-lhe competitividade, substituindo as velhas máquinas de impressão por rotativas *offset*. Que capital permitiu esses saltos, é a dúvida, ainda em aberto. Mas ela não é estranha ao começo de muitas das empresas de comunicação do país (PINTO, L., 2007).

*O Liberal* garantia espaço a terceiros para ataques públicos a Barbalho, ao mesmo tempo em que recebia verbas públicas em publicidade oficial. A maior aliança dos Maiorana - ainda vigorando - com uma sigla política paraense iniciou em 1994, com a eleição de Almir Gabriel (PSDB) ao governo do Estado. Gabriel foi reeleito em 1998 e conseguiu eleger seu sucessor Simão Jatene (PSDB), em 2002 que voltou ao cargo em 2010 onde continua até hoje. O auxílio de intensa propaganda nos jornais, nas rádios e nas TVs das ORM podem ser um dos indícios da força do PSDB em Belém (VELOSO, 2014, p. 73).

*O Liberal* consolidou-se, portanto, como jornal que apoia os governos de situação, em especial, os governos do PSDB. O *Diário do Pará* caracteriza-se como jornal de campanha, destinado a defender os interesses de Jader Barbalho, do PMDB e de alguns aliados na cena política local, a exemplo da ex-esposa de Jader, Elcione Barbalho; do filho do casal, Helder Barbalho, que tem pretensões ao governo do Estado; do primo de Jader e atual deputado federal, José Priante; e da atual esposa de Jader, a deputada federal Simone Morgado.

Os ECD buscam revelar como se dá essa estrutura ideológica no exercício e na manutenção do poder. A ideologia, enquanto estrutura cognitiva complexa, controla a formação, a transformação e a aplicação de outros tipos de cognição social. Ou seja, a estrutura ideológica em si consiste “em normas, valores, metas e princípios socialmente relevantes que são selecionados, combinados e aplicados de forma tal a favorecer a percepção, interpretação e ação nas práticas sociais que beneficiam os interesses do grupo tomado como um todo” (VAN DIJK, 2015, p. 48).

Os discursos (dominantes ou não), na concepção do autor holandês, somente exercem influência se compreendidos dentro de seus contextos. Os discursos são concebidos como

eventos comunicativos que são influenciados pelas propriedades da situação social no qual estão inseridos. Em resumo, ao se definir discurso como evento comunicativo, é preciso considerar,

por exemplo, os domínios gerais em que são usados (político, jornalístico, educacional); as ações sociais globais por eles realizadas (legislação, educação); as ações legais que produzem; o cenário atual de tempo, lugar e circunstâncias; os participantes envolvidos, assim como seus muitos papéis sociais e comunicativos e o pertencimento a grupos (étnicos, por exemplo); e não menos importante, as crenças e os objetivos desses participantes (VAN DIJK, 2015, p. 140).

Neste sentido, as práticas discursivas belenenses sobre o plebiscito no Pará foram analisadas considerando-se o contexto situacional de sua reivindicação e realização.

## 5. Produção de sentidos: discursos belenenses sobre o plebiscito

Nos meios de comunicação de massa, a estratégia de controle do discurso exerce-se por meio da seleção restritiva de assuntos e, mais especificamente, por meio de reconstruções específicas das realidades sociais e políticas. O processo é dirigido por um sistema de valores e de ideologias profissionais sobre as notícias e sobre o que deve ou não ser notícia. O acesso e a cobertura privilegiados (de forma positiva ou negativa) a respeito dos protagonistas das notícias é um fator importante na reprodução do poder social (VAN DIJK, 2015, p. 50).

No dia 11 de dezembro de 2011, *O Liberal* publicou oito notícias relacionadas ao plebiscito no Pará; o *Diário do Pará*, sete. A análise das práticas discursivas dos dois periódicos restringiu-se à organização global das notícias, isto é, aos macro fenômenos. Isso significa que, para além do nível sentencial, observou-se as estruturas temáticas, isto é, a organização geral de “tópicos” globais sobre os quais versou um exemplar de notícia.

Verificou-se, também, as estruturas esquemáticas, ou seja, aquelas utilizadas para descrever a forma global de um discurso. Aqui, se utilizou apenas a categoria manchete, pois, de acordo com Van Dijk (2000, p. 133), a manchete parece realmente exprimir pelo menos parte da macroestrutura hipotética de um item noticioso – pode ser utilizada, portanto, como sinal adequado para fazer previsões eficazes sobre a informação mais importante do texto. As manchetes recebem tratamento especial, com diagramação diferenciada inserida numa posição chave e destacada em fontes maiores. Norteiam, às vezes de forma diferenciada do

corpo do texto, a ideia central do acontecimento. Outras vezes, são a única informação a que o leitor se atém.

Van Dijk (2000, p. 123) explica que “as superestruturas esquemáticas organizam macroestruturas temáticas” e “que temas e esquemas, macroestruturas e superestruturas estão intimamente relacionadas”. Nas tabelas 1 e 2, estão descritas as superestruturas temáticas, definidas pela categoria manchete, e as macroestruturas temáticas observadas em *O Liberal* e *Diário do Pará*. Observaremos primeiramente os dados de *O Liberal* (TAB. 1).

TABELA 1  
Análise das práticas discursivas de *O Liberal*

<i>O LIBERAL</i>		
	<b>SUPERESTRUTURA ESQUEMÁTICA</b>	<b>MACROESTRUTURA TEMÁTICA</b>
<b>MANCHETES</b>	Hoje, 4,8 milhões decidem sobre a divisão do Estado	Eleitores manifestam-se sobre a divisão do Pará.
	Futuro nas mãos dos paraenses	Quem decide são os paraenses, os que nasceram no Pará.
	Custos do processo chegam a R\$ 13 mi	Plebiscito custa caro.
	MP lidera força-tarefa para reprimir crimes eleitorais	Ministério Público coíbe crimes eleitorais.
	Aprovação não assegura divisão imediata	Plebiscito não cria novos estados de imediato.
	Argumentos são alvo de polêmica	Distorcido: não são apresentados os argumentos contrários e favoráveis à divisão do Pará.
	Embates entre regiões pode gerar xenofobia	Plebiscito acirra aversão a forasteiros.
	Divisão deverá acirrar contrastes entre regiões	Plebiscito evidencia diferenças territoriais.

FONTE - Dados da pesquisa

*O Liberal* manteve-se coerente com o apoio ao PSDB e ao governador Simão Jatene, em especial – o qual, em 20 de novembro de 2011, havia se declarado claramente contrário à criação dos Estados de Carajás e de Tapajós em carta aberta publicada tanto em *O Liberal* quanto no *Diário do Pará*. Em momento algum, *O Liberal* não considerou os territórios de Carajás e de Tapajós na sua construção discursiva. Pelo contrário, reiterou que escrita da história sobre o plebiscito cabia aos paraenses – entendidos como os “paraenses de verdade”, aqueles que não só nasceram no Estado como os que aspiram aos reais interesses do Pará (MENDONÇA; CAL, 2012, p. 116).

Numa provável tentativa de deslegitimar as reivindicações de Carajás e de Tapajós, *O Liberal* destacou que, ainda que a maioria da população se manifestasse a favor da divisão do Pará, o processo poderia se arrastar em trâmites burocráticos e sequer acontecer. Nesse ponto, evidenciou-se o exercício do poder simbólico, naquilo que assevera Charaudeau (2006, p.

63): “Toda instância de informação, quer queira, quer não, exerce um poder de fato sobre o outro” com objetivo de criar efeitos de sentido para influenciar o outro.

A noção de poder serve, na maioria das vezes, para designar a capacidade, por parte de determinado ator, de conseguir os resultados visados e, em particular, de realizar ações eficazes (CHAZEL, 1995, p. 213). O poder simbólico, característico dos meios de comunicação e informação, trata da capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da transmissão de formas simbólicas (THOMPSON, 2011, p. 42).

A *O Liberal* não interessava a criação dos Estados de Carajás e Tapajós. De fato, a *O Liberal* interessa apenas o investimento que o governo de situação – não importa qual – possa fazer. Veloso (2014) mostra que, historicamente, a aliança com o PSDB é a mais duradoura. No entanto, o vínculo não é garantido para a vida e pode ser negociado de acordo com as circunstâncias. *O Liberal*, portanto, utilizou uma estrutura discursiva para persuadir o leitor quanto à ideia que a divisão do Pará seria difícil de ocorrer – de forma que o conceito relacional de poder se associou à noção estrutural de dominação.

A questão do poder em Van Dijk (1998) está associada à relação entre grupos e instituições sociais, ou seja, com a articulação do controle das práticas discursivas. O poder seria uma forma de controle social em que se atua sobre as representações de mundo, das práticas sociais e dos agentes envolvidos nessa prática. Nesse sentido, o poder da mídia, além da influência sobre a audiência, está no papel exercido dentro da estrutura de poder social, cultural, política ou econômico.

O *lead* distorcido não permitiu observar quais as particularidades de Carajás e de Tapajós. *O Liberal* oscila entre o desinteresse por ambos os territórios ao tratamento deles como estrangeiros, como aqueles que pertencem “a nenhum lugar, nenhum tempo, nenhum amor” (KRISTEVA, 1994, p. 15). A autora búlgaro-francesa afirma que o estrangeiro fixa raízes a partir do momento em que têm uma atitude ou uma paixão. Esse entendimento conforma-se com a análise de Mendonça e Cal (2012, p. 118), para quem qualquer pessoa, ainda não tenha nascido no Pará, habilita-se a se tornar um “paraense de verdade”, desde que advogue contra a divisão territorial – aqui, o estrangeiro torna-se nativo.

A reivindicação separatista, no entanto, soou como afronta aos paraenses, pois, em vez de se integrar ao Estado, Carajás e Tapajós clamaram por autonomia. Mais do que estrangeiros, ambos os territórios foram tratados por *O Liberal* como forasteiros, uma vez que



as intenções dos atores instalados em Carajás, principalmente, e em Tapajós seriam de subtrair, de saquear as riquezas do Estado – e não de somar. Ou seja, o forasteiro representa aquele que não pertence à terra ou ao lugar onde se encontra.

*O Liberal* evidenciou que as diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais são intrínsecas ao Pará, contudo apropriou-se do caráter negativo da disputa pelo território – da xenofobia, isto é, da aversão aos forasteiros –, e não de uma reflexão sobre a solidariedade para melhorar a gestão das diferenças pelos atores públicos. Aqui, a solidariedade (*power with*), acompanhando o entendimento de Cal (2016, p. 101), trata-se de uma instância do poder que contribui para se pensar na construção de laços e de identificações que estão na base de processos de ação coletiva. A solidariedade é importante nas lutas por reconhecimento, entretanto, ao negligenciá-la, *O Liberal* contribuiu para o enfraquecimento da identidade paraense, conforme aponta, às duras penas, Pinto (1994, p. 9):

Os paraenses têm se limitado a tentar recuperar os cacos de sua fragmentação, mas o preço dessa busca tem sido a perda da visão macrorregional e universal. O Pará faz parte definitivamente do mundo, mas não dá conta de seu próprio mundo. Daí não conseguir conferir às suas profecias de grandeza um sentido mínimo de realidade. Participa do banquete com o pires na mão.

*O Liberal* insistiu numa falácia, ou seja, no sentimento de perda do Pará – cuja extensão territorial seria menor em relação a Carajás e Tapajós, mas que abrigaria a maior parte da então população. “Com que recursos o Pará remanescente sobreviverá?”, pareceu ser o questionamento do periódico aos leitores – pois, por mais que tenha se reportado a uma questão do Estado, a *O Liberal* interessou apenas a participação e a consequência do processo para Belém.

A dominação e o controle revelaram-se, ainda, na apropriação do discurso do Ministério Público Eleitoral para intimidar quaisquer ações que tentassem prejudicar o andamento da consulta pública. Da mesma forma, o custo com o plebiscito fez jus ao periódico. De acordo com Pinto, L. (2007) e de Veloso (2014), *O Liberal* sobrevive, em boa parte, de anúncios publicitários – governamentais e privados. Logo, a saúde financeira do jornal é preocupante ao próprio. As normas, os valores e os interesses institucionais, bem como os modelos mentais armazenados na memória dos jornalistas que trabalham para as ORM, acabaram por elaborar o aspecto financeiro do plebiscito como uma macroestrutura relevante no discurso.

Em síntese, o discurso de *O Liberal* sobre o plebiscito no Pará é que se tratou de uma consulta pública onerosa e provavelmente desnecessária, uma vez que o futuro do Pará seria decidido pelos “paraenses de verdade”; ainda que os forasteiros pudessem ser maioria, a efetiva criação dos Estados de Carajás e de Tapajós ficaria amarrada em trâmites burocráticos no Congresso Nacional. O periódico preocupou tão somente com a capital Belém e, em certa medida, estimulou a aversão aos supostos forasteiros.

Vamos aos dados encontrados no jornal *Diário do Pará* (TAB. 2).

TABELA 2  
Análise das práticas discursivas do *Diário do Pará*

DIÁRIO DO PARÁ		
	SUPERESTRUTURA ESQUEMÁTICA	MACROESTRUTURA TEMÁTICA
MANCHETES	Sim ou Não?	Associação da consulta pública às estratégias das frentes de campanha favoráveis e contrárias à divisão do Pará.
	Para frentes e lideranças, saldo da consulta é positivo	Ameniza das disputas político-partidárias envolvidas no plebiscito.
	Suíço diz que qualquer resultado impactará políticas	Estrangeiro manifesta-se sobre o plebiscito.
	Consulta mobiliza Santarém	Santarenos manifestam-se no plebiscito.
	Fogos e sons nas ruas tentam animar campanha	Agitação no dia do plebiscito, em Santarém.
	Santarém também terá presença da Força Nacional	Policiais atuarão em Santarém para garantir o bom andamento do plebiscito.
	Pró-Carajás: corpo-a-corpo na reta final	Lideranças tentam conquistar eleitores de Carajás, próximo ao plebiscito.

FONTE - Dados da pesquisa

O *Diário do Pará*, como representante de Jader Barbalho e do PMDB, revelou o caráter político-partidário na sua construção discursiva. “Sim ou Não?” reflete diretamente as estratégias utilizadas pelas frentes parlamentares favoráveis e contrárias à divisão do Pará. Inicialmente, havia quatro frentes: a contra a criação de Carajás (liderada pelo deputado Zenaldo Coutinho, PSDB); a em favor de Carajás (João Salame, então no Partido Popular Socialista – PPS); a contra a criação de Tapajós (Celso Sabino, Partido da República – PR); e a em favor de Tapajós (Lira Maia, DEM). Com a propaganda plebiscitária e a exibição do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), entre 11 de dezembro e 7 de janeiro de 2011, “as campanhas das frentes do SIM foram unificadas e o mesmo ocorreu com as do NÃO, gerando uma forte polarização” (MENDONÇA; CAL, 2012, p. 112). A unificação das frentes parlamentares acabou por desconsiderar as particularidades de cada território, Carajás e Tapajós.

De acordo com Aquino (2013, p. 23), PMDB e o então aliado PT possuíam grande força política no interior do Estado, com o maior número de prefeituras em 2011. Contudo boa parte dos leitores do *Diário do Pará* são de Belém, onde a maioria era contrária à criação dos Estados de Carajás e de Tapajós. O discurso adotado pelo periódico foi coerente com o posicionamento de Jader Barbalho, que, durante a campanha do plebiscito, se eximiu de expor sua opinião, atuando de forma silenciosa, nos bastidores da tramitação do projeto de convocação do plebiscito. O aparente tom conciliador adotado pelo *Diário do Pará* objetivou não entrar em conflito explícito com as lideranças políticas separatistas.

O distanciamento do *Diário do Pará* revelou-se de tal forma que o jornal se apropriou das considerações de um pesquisador suíço – portanto, estrangeiro – para traçar o panorama do plebiscito. Diferente de *O Liberal*, que tratou Carajás e Tapajós como forasteiros, o estrangeiro no *Diário do Pará* foi visto com bom grado e com certa autoridade, pois suas palavras foram neutras. Isso se deu porque os anfitriões – no caso, os pesquisadores paraenses – não possuíam a distância que o estrangeiro possuía, para se ver e para vê-los. O estrangeiro “fortifica-se com esse intervalo que o separa dos outros e de si mesmo, dando-lhe um sentimento altivo, não por estar de posse da verdade, mas por relativizar a si próprio e aos demais, quando estes encontram-se nas garras da rotina da monovalência” (KRISTEVA, 1994, p. 14).

Tapajós, por meio de sua provável capital Santarém, recebeu particular atenção na construção discursiva do *Diário do Pará*, em função dos interesses de Jader Barbalho no território. Em 2010, tornou-se pública a informação que o senador da República é sócio do grupo Tapajós, formado pela TV Tapajós, afiliada à Rede Globo; pela rádio FM Tapajós e pelo portal de notícias No Tapajós, atualmente hospedado no domínio globo.com (PINTO, P., 2015, p. 177). Certamente, Jader Barbalho teria muito a ganhar com a criação do Estado de Tapajós, contudo o discurso construído pelo *Diário do Pará* tentou mascarar o interesse. Assim como *O Liberal*, a dominação e o controle sobre Santarém manifestou-se na alusão à Força Nacional para a coibição dos crimes eleitorais. Com essa atitude de distanciamento e proximidade, Jader Barbalho revelou que seu raio de atuação ultrapassa os limites regionais e chega ao âmbito nacional e internacional.

Carajás surgiu na construção discursiva do *Diário do Pará* como fraca expressividade, quiçá na tentativa de desacreditar as articulações políticas feitas até então, uma vez que os

separatistas estariam apelando para qualquer forma de convencimento a fim de conquistar votos favoráveis à criação do Estado.

Em resumo, o discurso do *Diário do Pará*, aparentemente neutro, expôs os interesses políticos do periódico e, em especial, de Jader Barbalho e do PMDB. A disputa travada pelas frentes favoráveis e contrárias à divisão do Pará, nas campanhas transmitidas pela televisão e pelo rádio, estendeu-se ao noticiário do *Diário do Pará*. O suposto distanciamento da consulta pública, em vez de esconder, salientou ainda mais o caráter político do discurso.

A partir das macroestruturas temáticas de *O Liberal* e *Diário do Pará*, observou-se que, ainda que o plebiscito no Pará tenha sido abordado por ambos os periódicos, a produção de sentidos foi diferenciada, pois a elaboração da notícia, em cada um, obedeceu a critérios editoriais, políticos, ideológicos e comerciais, assim como ao contexto em que foram construídas. Aparentemente, os dois jornais advogaram opiniões semelhantes: contrários à divisão do Estado. Contudo os interesses defendidos eram divergentes.

O interesse de *O Liberal* no plebiscito foi marcadamente mercadológico, uma vez que essa se trata de uma preocupação patente para as ORM enquanto empresa. No campo político, não entrou em embates e seguiu o posicionamento do governador Simão Jatene (PSDB) e tratando os territórios de Carajás e de Tapajós como forasteiros. Já o *Diário do Pará* teve postura eminentemente política, representando os interesses de Jader Barbalho e do PMDB. Adotou distanciamento dos territórios separatistas, contudo não deixou de revelar o particular interesse em Tapajós, em quantidade de em expressão – salientando uma das características do poder político, que é o caráter territorial (CHAZEL, 1995, p. 238).

### Considerações finais

O percurso teórico e metodológico desenvolvido neste artigo buscou compreender as práticas discursivas belenenses sobre o plebiscito no Pará a partir da chamada natureza comunicacional, que resulta da intersecção entre o quadro relacional (a relação entre os interlocutores), a produção de sentidos (as práticas discursivas) e a situação sociocultural (o contexto). A trajetória de formação do território amazônico e do Estado do Pará, nele inserido e com seus próprios territórios internos, foi a compreensão necessária à situação sociocultural. As tentativas de integração às demais regiões brasileiras, bem como de reordenação territorial a partir de critérios arbitrários, desenvolvidas pelo governo federal

desde as primeiras décadas do século XX, revelam que as decisões de ordem pública são tomadas em centros de poder distante da realidade social.

O plebiscito no Pará inverte essa lógica, pois se configurou a partir de propostas organizadas pelas elites político-econômicas do interior paraense com vistas à própria autonomia. Ainda que as motivações para a criação de Carajás e de Tapajós tenham sido diferentes e que a união dessas motivações tenha invisibilizado as suas especificidades, o plebiscito no Pará teve mérito pela resistência à dominação do centro do Pará.

Entretanto, na esfera da produção de sentidos, o caminho a ser percorrido foi mais belicoso. O controle do discurso caracteriza-se como uma das formas de poder simbólico. Nesse sentido, *O Liberal* e *Diário do Pará* são bastante poderosos. Rivais entre si, ambos fazem parte dos maiores grupos midiáticos do Estado – ORM e RBA, respectivamente. Os dois periódicos atuam, sobretudo, na capital Belém. Naturalmente, não iriam legitimar reivindicações separatistas.

Os ECD revelaram-se, em especial, fortuitos como técnica de coleta e organização do discurso a partir das notícias. O contexto, aqui, não se tratou da ambiência sociocultural, mas dos modelos cognitivos acionados a partir da leitura e da interpretação de determinadas construções noticiosas. O contexto cognitivo permitiu perceber que, ainda que *O Liberal* e *Diário do Pará* advogassem contra a divisão do Pará, suas ideologias eram divergentes. O discurso de *O Liberal* foi mercadológico e compatível com o patrono do momento – o governador Simão Jatene. Já o *Diário do Pará* não conseguiu esconder seu caráter mais explicitamente político, associado ao senador Jader Barbalho e ao PMDB.

Aparentemente e numa leitura menos aprofundada, pode-se inferir uma proximidade das construções discursivas contrárias à divisão do Estado nos dois jornais analisados. Porém, esse olhar quando imerso em profundidade, constatam-se argumentações e interesses diferenciados. O jornal *O Liberal*, evidencia um interesse “financeiro” ou comercial do plebiscito, mas marcadamente levado por sua sobrevivência enquanto empresa de comunicação, ou seja, dos anúncios publicitários advindos dos parceiros nessa relação. Aliado ou conjugado a esse interesse vem o político, pois o apoio aos candidatos de situação, ou do PSDB, pode ser garantia de patrocínio do governo do Estado nos veículos das Organizações Romulo Maiorana. Por outro lado, ainda dentro do campo político, o jornal ‘luta’ por não fortalecer ainda mais o capital político do PMDB, mas especificamente de

Jader Barbalho, para que ele ou seus aliados não cheguem ao executivo estadual, pois representaria uma perda de espaço comercial e político no estado do Pará.

O jornal *Diário do Pará*, numa aparente posição de neutralidade, evidenciou uma postura marcadamente política, de acordo com o interesse de Jader Barbalho, em especial, no território de Tapajós, considerando os interesses de seu capital político na região. As manchetes evidenciaram o acontecimento no dia, ou seja, os ânimos dos municípios e das pessoas envolvidas no processo do plebiscito. Constata-se uma construção discursiva que privilegia a preparação e não a implicação da consulta pública. As vozes evidenciadas são dos outros, e não propriamente do jornal.

Essas constatações dizem sobre o quadro relacional – o terceiro fio solto na teoria e metodologia do artigo. Em função das duras rotinas de produção jornalística, *O Liberal* e *Diário do Pará* falam apenas para o leitorado de Belém. O outro generalizado, de Carajás e de Tapajós, está distante não só espacialmente. Seus territórios só são colocados em relação a partir de alguma idiosincrasia. Jader Barbalho tem interesse no Tapajós, por isso tenta dialogar com o território. A solidariedade entre os territórios torna-se essencial para colocar em prática um projeto de Amazônia como protagonista nacional.

## Referências

ANDRADE, Lúcia Cristina (coordenadora). **Estado do Pará: (di)visões territoriais, perspectivas sociais, econômicas, financeiras e ambientais – discursos divisionistas**. Belém: IDESP, 2011.

\_\_\_\_\_. **Retrato de divisão do Estado**. Belém: IDESP, 2011.

AQUINO, Evelyn Cristina Ferreira de. **A encenação político-partidária do plebiscito no Pará: reflexões sobre as estratégias comunicativas no debate eleitoral**. 2013. 54 f. Monografia (Especialização em Jornalismo, Cidadania e Políticas Públicas). Universidade da Amazônia, Belém, 2013.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

BRASIL. Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2014.

\_\_\_\_\_. Título III. Da Organização do Estado. Capítulo I. Da organização político-administrativa. In: Constituição. Brasília: Senado Federal: 1988.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio do discurso dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa**. 2002. 197f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CAL, Danila Getil Rodriguez. Configuração política e relações de poder. In: \_\_\_\_\_. **Comunicação e trabalho infantil doméstico**. Salvador: EDUFBA, 2016.



CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAZEL, François. Poder. In: BOUDON, Raymond. **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

COSTA, Vânia Maria Torres. 'À sombra da floresta': os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade e colonialidade no telejornalismo da Rede Globo. 2011. 295 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

DUTRA, Manuel. **O Pará dividido**: discurso e construção do Estado do Tapajós. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

BUBER, Martin. **Eu e Tu**. São Paulo: Centauro, 2001.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia**: uma leitura por meio do discurso dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa. 2002. 197f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Construção jornalística e dizer social. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal**: da forma ao sentido. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Discurso de identidade, discurso de alteridade: a fala do outro. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Imagens do Brasil**: modos de ver, modos de conviver. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo e vida social**: a história amena de um jornal mineiro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê?. In: MOTTA, Luiz Gonzaga et al. **Estratégias e culturas da comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: PEREIRA, Miguel; GOMES, Renato Cordeiro; FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. **Comunicação, representação e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio; Aparecida (SP): Ideias e Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. Sujeitos da comunicação, sujeitos em comunicação. In: GUIMARÃES, César; \_\_\_\_\_. **Na mídia, na rua**: narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HUERTAS, Daniel Monteiro. **Da fachada atlântica à imensidão amazônica**: fronteira agrícola e integração territorial. São Paulo: Annablume; Fapesp; Belém: Banco da Amazônia, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso: 29 jan. 2014.

KRISTEVA, Julia. **Estrangeiros para nós mesmos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **De um eu ao outro**: narrativa, identidade e comunicação com a alteridade. Revista Parágrafo. v. 4. n. 1. jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/377/376>>. Acesso: 20 jan. 2017.

MASSARANI, Luisa Medeiros; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos; CARVALHO, Vanessa Brasil de. **La ciencia en O Liberal**: estudio de uno de los principales diarios de la Amazonía brasileña. Chasqui. n. 122. Jun. 2013. Disponível em: <<http://www.revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/74/86>>. Acesso: 20 ago. 2016.

MEAD, George H. **Espíritu, persona y sociedad**: desde el punto de vista del conductismo social. Barcelona; Buenos Aires: Paidós, 1982.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; CAL, Danila. **Quem pode falar no Facebook?** O "autocontrole" em um grupo sobre o plebiscito acerca da divisão do Pará. Revista Debates, v.6, n.3, 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/30928>>. Acesso em 21 jan. 2017.

MORBACH, Maria. **As perspectivas políticas da criação do estado de Carajás a partir do ponto de vistas das representações parlamentares municipais**. 2012. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

MOTA, Solange Maria Alves da Silva. **Transformações ocorridas na imprensa paraense no período de 1964-1968**. 1987. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. **Cultura amazônica**: uma poética do imaginário. Belém: Cejup, 1995.

PINTO, Lúcio Flávio. A mesma origem dos jornais rivais. In: **Observatório da Imprensa**. Edição 448, 28 ago. 2007. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/a-mesma-origem-dos-jornais-rivais/>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **O Pará dos paraenses** (proposta de um programa político sério). Edição do autor. 1994.

PINTO, Pâmela Araújo. **Mídia regional brasileira**: características dos subsistemas midiáticos das regiões Norte e Sul. 2015. 337 p. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2015.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: ed.ufpa, 2012.

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos; CASTRO, Avelina Oliveira de. **Imprensa e poder na Amazônia**: a guerra discursiva do paraense *O Liberal* com seus adversários. Revista Comunicação Midiática. v. 9. n. 1. jan./abr. 2014. Disponível em:

<<http://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/comunicacaomidiatica/article/view/465/254>>. Acesso: 20 ago. 2016.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2009.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/tre-pa/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014/resultado-das-eleicoes-2014>>. Acesso: 21 ago. 2016.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Cognição, discurso e interação**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_. **Ideology**: a multidisciplinary approach. London: SAGE, 1998.

VELOSO, Maria do Socorro Furtado. **Imprensa e contra-hegemonia**: 20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007). Belém: Paka-Tatu, 2014.